

## O PROGRAMA E A COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA 85/86.

PROF. CELSO LEONARDO WEYDMANN

O Programa de Estabilização Econômica tem ensejado um saudável debate acerca de seus efeitos nos mais diversos setores da economia. Quer nos parecer que também é importante analisar os efeitos na comercialização agrícola, cujos canais possibilitam o abastecimento dos centros urbanos.

Estes canais são percorridos pelos vários agentes de comercialização intermediando a produção pelo preço, que é determinado na interação da oferta e demanda. Portanto, nossa análise se prende na investigação dos efeitos do Programa nestes elementos.

As medidas contidas no Programa parecem não exercer maiores consequências pelo lado da oferta, uma vez que a atual área plantada foi definida pelos agricultores com base nas informações de preço e condições de crédito do ano passado. Assim, variações na safra 85/86 serão devidas a problemas aleatórios tais com a seca, enchente, condições climáticas, etc.

Para verificar os efeitos do Programa pelo lado da demanda precisamos fazer algumas considerações. A princípio podemos dizer que o produtor tem dois grandes demandantes de sua produção: o Governo e o setor privado, composto pelos mais diferentes agentes, (processadores, industriais, atacadistas e outros). O Governo compra através da política de garantia de preços mínimos, e o setor privado através dos preços determinados no mercado. Este último, em termos gerais, estoca a produção comprada na safra para a venda (desova) na entressafa quando os preços tendem a ser mais elevados. Assim, a decisão de estocar vai depender da sua rentabilidade que, por seu turno, depende que a diferença entre o preço na entressafa e o preço corrente supere os custos com estocagem, financiamento e um prêmio de risco da atividade. Neste sentido, o Programa ao decretar o congelamento dos preços ao ní-

vel dos consumidores tende reduzir a expectativa do intermediário privado acerca da evolução dos preços esperados na entressafra. Também as constantes ameaças das autoridades econômicas de importação de produtos agrícolas atuam no sentido de reduzir estas expectativas e, além disso, aumentam o risco de a atividade não ser rentável. Em decorrência, a diferença entre os preços não superarão os custos envolvidos na estocagem intermediária, o que irá causar a diminuição e também cancelamento de negócios que outrora se realizavam.

Com o comprador privado desestimulado da intermediação resta ao Governo absorver a produção. Os atuais preços fixados na política de preços mínimos em sua maioria são bastante superiores aos preços de mercado e aos custos de produção de fevereiro, o que efetivamente conduzirá o agricultor a vender sua produção ao Governo.

A conclusão é que o Governo será o comprador majoritário da produção da safra 85/86. Conseqüentemente o grande volume de compras pode colocar em perigo a contentação de gastos, prevista na atual política econômica além de que no futuro a venda dos estoques possivelmente terão de ser subsidiadas porque o congelamento não permitirá ao Governo obter preços que cubram as despesas já acontecidas de juros, armazenagem e remoção. Este subsídio, na medida em que manterá os preços baixos, poderá gerar dificuldades na fixação dos preços mínimos na safra 86/87. Vemos então que o Programa poderá possibilitar uma atuação ainda maior do Estado na economia, que face aos problemas que podem ser decorrentes nos levam a torcer para que o Programa tenha seus objetivos alcançados no menor prazo, possibilitando ao mercado a sua auto-regulagem e conseqüente sobrevivência.